



## **Chefia do Governo**

### **Unidade de Coordenação da Reforma do Estado – UCRE**

#### **Preâmbulo**

Sufraga o Programa de Governo para o próximo quinquénio que:

*“ A mundialização da economia induz mudanças rápidas no contexto económico internacional, por um lado, e o patamar de transformação atingido pelo país, por outro lado, interpelam a novos paradigmas de crescimento e competitividade da economia cabo-verdiana, de forma a conseguirmos vencer os grandes desafios que constituem o desemprego e a pobreza.*

Acrescenta, ainda, o referido Programa Governo que:

*“ É propósito do Governo construir sobre a dinâmica de transformação já induzida e avançar para um patamar superior de desenvolvimento do país assente em novos paradigmas de crescimento e competitividade:*

- *Um crescimento forte, gerador de riquezas e movido pelo sector privado*
- *Uma economia competitiva assente no desenvolvimento de vantagens competitivas, suportada pela inovação, pela produtividade, pela qualidade e pela qualificação*
- *Um crescimento gerador de emprego e conducente à redução da pobreza.*

#### **I – Contextualização**

Cabo Verde é hoje um país emergente com novas oportunidades em termos de desenvolvimento socio-económico. Esta evolução é fruto da estabilidade política e de desenvolvimentos económicos e sociais, conseguidos desde da independência, em 1975, a esta parte.



## **Chefia do Governo**

### **Unidade de Coordenação da Reforma do Estado – UCRE**

Na sequência da aprovação das Resoluções nº59/209 e nº59/210 das Nações Unidas, Cabo Verde foi graduado, com efeitos a partir de 2008, de país menos avançado (PMA), fazendo face a um rápido e importante processo de transição de país de baixo rendimento, fundamentalmente baseada numa economia de reciclagem da ajuda pública internacional para um país de rendimento médio (PDM), que tende, necessariamente, para um desenvolvimento auto sustentado.

Neste particular, Cabo Verde enveredou pela implementação de uma Estratégia de Transformação Económica visando a criação de condições para a sustentabilidade do seu processo de desenvolvimento económico, através de um crescimento económico robusto, assente numa economia de mercado de base privada inserida na economia global, e por essa via permitindo a redução da pobreza; Os dois objectivos maiores da política económica serão, neste quinquénio, num quadro de reforço e fomento do sector privado, a ***redução da taxa de desemprego para níveis inferiores a 10% e atingir taxas de crescimento do PIB de Dois Dígitos.***

Recentemente o Fundo Monetário Internacional, na avaliação que fez ao “Policy Support Instrument” – programa de suporte às medidas de políticas acordado com esta instituição – disse que: *“Cape Verde’s economic and policy performance has been strong. Already solid growth is being reinforced by increases in tourism and FDI, and inflation is falling faster than expected. Fiscal and monetary policies are on track to substantially surpass key program objectives—notably the reduction in domestic debt as a share of GDP and the build-up of official foreign exchange reserves. The government’s program for 2007 is well aligned with the policy strategy agreed upon at the outset of the PSI program.*

*...The budget for 2007 demonstrates the government’s commitment to fiscal discipline... As a result, the 2007 budget will support Cape Verde’s preparations*



## **Chefia do Governo**

### **Unidade de Coordenação da Reforma do Estado – UCRE**

*for meeting the opportunities and challenges associated with its transition from UN LDC status in 2008.”*

Por conseguinte, o País vive um clima de confiança, crescentemente mais livre e com melhor desenvolvimento socio-económico, só possível por causa de importantes ganhos conseguidos com a consolidação macroeconómica, de reforço da democracia e da promoção e protecção dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. Por este facto, Cabo Verde, continua a ser um exemplo e uma referência, permanente, em termos de construção da democracia e de promoção de todas as liberdades, alias, como confirmado pelo Banco Mundial que considerou Cabo Verde o País Africano mais bem governado e gerido durante o ano de 2006.

O nível do investimento nas pessoas, a taxa de alfabetização juvenil é superior a 93%, com inexpressivas diferenças de género sendo que aproximadamente 70% dos indivíduos que frequentam o ensino pré-escolar e o básico vivem a menos de 15 minutos da escola. Este investimento nas pessoas tem como resultado, por um lado, que 97% dos jovens com idade entre os 15-24 anos sabe ler e escrever e, por outro lado, que o nível de satisfação dos indivíduos em relação aos serviços de educação é de 79%. A grande maioria (74%) dos agregados familiares tem acesso facilitado aos serviços de saúde, ou seja, estão a menos de 30 minutos de um serviço de saúde e 89% declara-se satisfeita com a qualidade dos serviços prestados.

O Governo vem implementado medidas legais para a melhoria da segurança fundiária melhorando o acesso e o custo à propriedade e criou desde de 2003 uma rede de 47 áreas protegidas, que perfazem 10% do território; As Liberdades económicas, o potencial do clima de negócio, a política comercial e a ausência de Corrupção, têm sido factores de incentivos e mobilização dos grandes investimentos externos, particularmente no sector de serviços, da hotelaria e do turismo.



## **Chefia do Governo**

### **Unidade de Coordenação da Reforma do Estado – UCRE**

#### **II – Problematização e Desafios**

Não obstante os ganhos já conseguidos, o País encontra-se, ainda, face algumas vulnerabilidades, designadamente de natureza ambientais e climáticas que, por um lado, afectam a precária produção agrícola e a segurança alimentar; por outro lado, existem as condicionantes de naturezas económicas, derivadas da pequenez, deseconomia de escala e insularidade do mercado, fortemente condicionada por choques externos, a exigência de multiplicação de infra-estruturas e afectada pelos grandes custos de transportes, bem como, ainda, os de carácter securitário, particularmente, pela exigência e necessidade de recursos para o controlo sistémico das fronteiras nacionais e da extensa zona económica exclusiva, quando se desenvolvem no corredor do atlântico novos fenómenos mundiais, como as migrações clandestinas e o tráfico dos ilícitos.

Algumas dessas limitações ainda existentes e que condicionam o desenvolvimento económico-social auto sustentado, só poderão ser superados através da rápida transformação de Cabo Verde num Estado, cada vez mais moderno, competitivo, forte, seguro, sustentável, de mais e melhor justiça, capaz de dar resposta às demandas e exigências dos cidadãos, das empresas, dos turistas, dos investidores externos e permitir a inserção competitiva na economia global. Esse desiderato é possível através da mobilização e engajamento nacional e na valorização de Cabo Verde no mundo, pelo reforço da sua utilidade internacional, como um país aberto, cosmopolita e capaz de ser a ponte entre os vários continentes na promoção do diálogo, serviços e contribuindo para a paz e o desenvolvimento a nível global.

#### **III – Linhas de Orientação e Programas de Reforma**

Elegeram-se, por isso, como os motores de aceleração do desenvolvimento, o mercado e o sector empresarial privado, bem como, fixou-se como os sectores prioritários de



## **Chefia do Governo**

### **Unidade de Coordenação da Reforma do Estado – UCRE**

intervenção para a construção das vantagens competitivas, **o Turismo** – de alta qualidade e valor acrescentado – **os Transportes aéreos e marítimos** – “Hub” de transportes de passageiros e cargas – **as Pescas** – centro regional para processamento, marketing e exportação de recursos marinhos – **os Serviços Financeiros** – “Serviços “offshore” e NTI.

O projecto de transformação vem sendo sustentado através do desenvolvimento de uma ambiciosa Agenda de Transformação e um Programa de Reforma do Estado que, para além de reforçar os ganhos já conseguidos, nomeadamente ao nível da consolidação da democracia, da promoção e protecção dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e desenvolvimento macroeconómico compreenderá, no essencial, uma reforma institucional e uma reforma da administração pública ancorada na utilização intensiva dos recursos tecnológicos e na qualificação dos recursos humanos afectos aos serviços públicos, em particular, e à sociedade cabo-verdiana, no geral.

As intervenções serão essencialmente feitas nas duas esferas de governo, o poder central e o local, assim como, nos três poderes do Estado, executivo, legislativo e judicial, implicando ainda o reforço e racionalização do Estado no cumprimento das três áreas essenciais que tem que garantir: Segurança, Justiça e a dimensão Socio-económica.

O objectivo é dimensionar o Estado de acordo com os novos desafios que se colocam quer, no plano nacional, como no internacional, com os recursos que a Nação consegue arrecadar e gerar. Implicará, essencialmente:

- a) Reformular as relações entre o poder central e o poder local, numa base, já assumida pela Constituição da República, de descentralização dos serviços públicos e reequilíbrio dos poderes entre o centro e as



## **Chefia do Governo**

### **Unidade de Coordenação da Reforma do Estado – UCRE**

regiões, com a transferência ou devolução de competências que sejam mais eficazmente executadas por decisores políticos próximos da população, bem como redefinir as modalidades em que o Estado deverá estar presente nas Ilhas e Regiões, garantindo o exercício da autoridade do Estado a nível nacional, levando em conta a divisão constitucional de competências entre o poder central e o poder local. **As propostas da nova lei-quadro de descentralização, bem como, da organização e divisão administrativa vão ser submetidas ainda este ano à Assembleia Nacional para efeito de aprovação, depois de um largo debate nacional que já se iniciou.**

- b) Redimensionar os ramos do Governo, à medida das necessidades, das estratégias e dos recursos do País, readaptando a organização e o funcionamento de sectores centrais para o seu desenvolvimento, nomeadamente em matéria de crescimento e competitividade, saúde, educação, formação e inovação, ciência e tecnologia, promoção social, justiça, segurança nacional. **Actualmente encontra-se em curso a implementação do projecto de racionalização das estruturas assente num novo modelo de organização do Estado, como forma de garantir maior eficácia e sustentabilidade do seu funcionamento, melhorar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, empresas turistas e investidores. Pretende-se com estas medidas em curso, também clarificar o papel do Estado de Cabo Verde na execução das suas funções principais, em particular na função de Regulação e Fomento da economia nacional, na função da fiscalização, na função de incremento da protecção social àqueles que dela realmente precisam, na função de reforço da segurança nacional, interna e externa, e na função de garantia de uma justiça imparcial e de qualidade. Neste**



## **Chefia do Governo**

### **Unidade de Coordenação da Reforma do Estado – UCRE**

**âmbito, dever-se-á ainda determinar os grandes princípios que nortearão a política de transferência de funções públicas para entidades não-estatais, inclusive do terceiro sector, nos casos em que elas poderão desempenhá-las de forma muito mais eficaz do que o Estado.**

- c) Continuar a reforma do sector financeiro público na perspectiva da racionalização dos gastos e despesas públicos, através da responsabilização pela utilização de dinheiros públicos e da transmissão de princípios de rigor, ética e eficácia na gestão dos recursos públicos, promovendo a consolidação orçamental e a sustentabilidade das finanças públicas enquanto requisitos permanentes da Boa Governação; O reforço da transparência e da imparcialidade da administração pública em questões centrais como designadamente a contratação pública e a promoção de concursos públicos isentos, será nomeadamente reforçada com a implementação da nova Lei de Aquisições e de Mercado público, cuja aprovação prevê-se, igualmente, para este ano.**
- d) Fortalecer a educação e formação contínua dos recursos humanos em todas as áreas que se revelarem necessárias a um desempenho de alta qualidade do Estado. Com a implementação da Universidade de Cabo Verde, a extensão da formação profissional e valorização dos recursos humanos em áreas estratégicas, consegue-se que os cabo-verdianos tenham mais capacidades e competências que serão necessárias para o processo de competitividade acrescida em que o País vai entrar.**
- e) Incrementar do uso de novas tecnologias, tanto no sector público, como na sociedade em geral. No decurso do ano de 2007, para além**



## **Chefia do Governo**

### **Unidade de Coordenação da Reforma do Estado – UCRE**

de se consolidar o sistema integrado gestão orçamental e financeira (SIGOF) e a Governação electrónica, serão lançados, brevemente, os produtos do projecto da Casa do Cidadão, designadamente a constituição da Empresa no dia, o documento único Automóvel, emissão das Certidões on-line e a possibilidade de se efectuar os pagamentos dos serviços on-line, todos eles suportados em sistemas aplicativos de informações e de gestão que vão revolucionar a eficiência da administração, forma de funcionamento e relacionamento com os utentes/cliente, cidadão, empresas, turistas, investidores, bem como, melhorar a prestação de serviços, através da integração do Back Office e os atendimentos no Front Office. Ao mesmo passo, encontra-se em processo avançado de desenvolvimento a informatização do Sistema de Informação Municipal que permitirá a todas as Câmaras Municipais do País melhorias nos seus funcionamento, a transparência na gestão municipal, tal como melhoria da capacidade de resposta dos diferentes serviços prestados.

#### **IV – Coordenação, Seguimento e Avaliação**

Para facilitar a coordenação, seguimento e avaliação da implementação da Agenda Estratégica de Transformação e do Programa da Reforma do Estado, o Governo, criou duas estruturas de missão especializadas, o **Centro de Políticas Estratégicas (Centro)** e a **Unidade de Coordenação da Reforma do Estado (UCRE)**, respectivamente através da Resolução n.º 36 / 2006, de 21 de Agosto e Resolução n.º 34/ 2006, de 14 de Agosto.

Ambas as estruturas são compostas por um Conselho Coordenador e um Coordenador Executivo, suportados por serviços operacionais, existindo a possibilidade de criação



## **Chefia do Governo**

### **Unidade de Coordenação da Reforma do Estado – UCRE**

das comissões especializadas e/ou constituição de grupos de trabalho que permitem a facilitação do processo da concretização das actividades nas diferentes áreas e/ou sectores.

O Conselho Coordenador da Reforma do Estado é um órgão da UCRE, apoia o Governo na formulação das estratégias e medidas de políticas de reformas; Encontra-se actualmente em funcionamento, sendo presidido pela Ministra da Presidência do Conselho de Ministros e da Reforma do Estado que é coadjuvado pelo Secretario de Estado da Administração Publica; É, igualmente, integrado pelo Gestor do NOSI, pelo representante do Projecto da Casa do Cidadão, pelo representante das Finanças, pelo representante da Administração Publica, pelo representante da Justiça, pelo representante da Descentralização, e por duas personalidades de mundo académico, podendo a qualquer momento ser convidado outras individualidades para participar das actividades e reuniões da UCRE, em função das matérias de interesse ou que requerem intervenção especializada;

Encontram-se em funcionamento: a) Comissões especializadas para a Racionalização das Estruturas do Estado – da Administração Central directa e indirecta, b) Comissão para o reforço da autoridade do Estado e promoção da Cidadania, c) Comissão para a Governação electrónica e o Projecto da Casa do Cidadão, d) Comissão para a Descentralização e Desconcentração, e) Comissão para o acompanhamento dos Indicadores de desenvolvimento do País; está em constituição a Comissão para a Regulação, a Comissão para Formação e Valorização dos Recursos Humanos e a Comissão para Comunicação e Divulgação da Reforma.